



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009832-69.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Fernando José Felipe**
 Requerido: **Cristiane Alves Perossi**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Fernando José Felipe move ação indenizatória por danos morais contra Cristiane Alves Perossi, pedindo a condenação desta ao pagamento de R\$ 40.000,00 a título indenizatório. Sustenta que por muito tempo trabalhou para Reda Mohamad Youssef, à época companheiro da ré, e que todos mantinham laços de amizade. A ré cursou medicina veterinária e, para a concretização de financiamento estudantil, eram necessários dois fiadores. O autor acabou, por inexperiência e por exigência de Reda, aceitando figurar como um dos fiadores. Posteriormente, a ré separou-se de Reda e recusou-se a pagar os valores do financiamento, fazendo com que o autor tenha de adimplir os boletos bancários, tendo seu nome sucessiva e reiteradamente incluído nos órgãos de proteção ao crédito, inclusive com o bloqueio de seu cartão de crédito. O autor já moveu ação contra a ré, pedindo o ressarcimento dos valores por ele desembolsados. A presente demanda tem por objeto indenização por danos morais vez que a ré não está pagando os débitos do financiamento por "birra" em relação ao autor.

Citada, a ré contestou, pedindo a AJG e alegando que está em dificuldades financeiras, razão pela qual não consegue pagar o financiamento, inexistindo qualquer "birra" de sua parte, não se fazendo presentes os requisitos para a responsabilidade civil, acrescentando ainda que o autor não comprovou ter sido negativado em órgãos restritivos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O autor ofereceu réplica, impugnando a AJG requerida pela ré e reiterando a inicial, pedindo o julgamento antecipado da lide.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas e, em especial, no que toca ao autor, ele mesmo, em réplica, pediu de modo expresso o julgamento antecipado da lide, fls. 369.

Ora, se o autor pediu o julgamento antecipado, é porque não tem outras provas a produzir, de maneira que não poderá alegar cerceamento de defesa.

Prosseguindo, improcede a ação.

Com efeito, a adesão do autor ao contrato de financiamento, fls. 22/30, como fiador, deu-se por ato voluntário, livre de qualquer vício de consentimento.

De outra sorte, o autor não comprovou que o não pagamento das parcelas, por parte da ré, tenha se dado dolosamente, "por birra", como alegado na inicial.

Não comprovou o autor que a ré tem condições financeiras para pagar o financiamento e deixou de pagá-lo com o intuito de prejudicar o autor.

Uma simples reportagem, de 04 anos atrás, fls. 150/153, em que a ré é indicada como "produtora rural", não é bastante para comprovar o não pagamento doloso, sequer para comprovar a boa condição econômica da ré.

A notícia jornalística não constitui meio de prova seguro, como sugere o autor.

Ao revés, a ré trouxe prova de que não apresenta declarações de IR, fls. 340/344, elemento sinalizando que de fato sua condição financeira, patrimonial e econômica não é favorável.

Sendo assim, o fato de o autor ter tido seu nome negativado (há prova suficiente nesse sentido, inclusive em anotação lançada no documento de fls. 101) não gera a responsabilização da ré, vez que é decorrência de obrigação contratual assumida pelo próprio autor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

perante a instituição financeira, ao passo que não foi intencional o não pagamento por parte da ré.

Acrescente-se que a própria ré sofre consequências advindas do não pagamento do financiamento. Certamente também foi negatizada e já foi demandada pelo autor em outra ação, para ressarcir-lo regressivamente no que toca às parcelas do financiamento.

Noutro giro, deve ser deferida à ré a AJG requerida em contestação, apesar da resistência lançada pelo autor a propósito desse requerimento, em réplica.

De início anoto que a "falsidade documental" invocada pelo autor, tendo por objeto a declaração de pobreza de fls. 339, foi mal articulada porquanto o referido instituto não se aplica à falsidade ideológica, e sim à material, que não foi questionada. Não há dúvidas de que o documento é autêntico, nem que a assinatura ali lançada é da ré.

Em realidade, a referida declaração de pobreza, reforçada pela ausência de declarações de IR, e não derrubadas por qualquer elemento probatório minimamente convincente, impõem o acolhimento da AJG em favor da ré.

Não é por que a filha da ré, que foi assassinada conforme impressos de fls. 346/350, estudava em escola de "bairro nobre" que se pode concluir pela boa condição econômica da ré. E muito menos o fato de a referida filha ser herdeira de Reda Mohamad Youssef corrobora essa conclusão. Note-se que, ante o incontroverso fato de que a ré separou-se de Reda Mohamad Youssef antes do falecimento deste, a própria ré não tem direitos hereditários nesse caso.

Ante o exposto, julgo improcedente a ação e condeno o autor nas custas, despesas e honorários, arbitrados estes em 10% sobre o valor atualizado da causa.

P.I.

São Carlos, 07 de novembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**